

**Aos Senhores Acionistas,**

É com satisfação que a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. apresenta-lhes, para apreciação o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e os respectivos pareceres, sem ressalvas, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

**1. Mensagem da Administração:** Os Administradores da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. apresentam a seus acionistas e demais públicos interessados seu primeiro Relatório de Administração. Até 2014, serão investidos aproximadamente R\$ 3 bilhões de reais (moeda constante) em obras para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto, incluindo reformas do Terminal 1 (TSP1) e Terminal 2 (TSP2), ampliação do número de vagas dos estacionamentos existentes, reforma e construção de novos banheiros, nova sinalização, investimento em novos equipamentos de segurança, além de ter como principal destaque o início das obras de construção do novo terminal de passageiros (TSP3), que terá capacidade para atender cerca de 12 milhões de pessoas por ano, e o novo edifício-garagem com capacidade aproximada para 2.600 veículos. Vale ressaltar que até 2032, serão investidos no total, aproximadamente R\$ 5 bilhões de reais (moeda constante) no novo aeroporto da América Latina. Outro acontecimento importante no ano de 2012, e que não poderia deixar de ser destacado, foi a criação da marca GRU Airport - Aeroporto Internacional de São Paulo, que nasceu com os conceitos de movimento

e inovação presentes em sua essência. Esta marca simboliza o comprometimento de todos os funcionários e acionistas envolvidos nessa nova fase do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, com o objetivo de torná-lo um aeroporto mais seguro, moderno e mais confortável para todos. Neste contexto, administrar o maior aeroporto da América Latina é um enorme desafio. A solidez, a capacidade de visão de longo prazo e o compromisso com a geração sustentável de valor, presentes na filosofia deste novo negócio, garantem as melhores condições e esforços para que o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor aeroporto da América Latina e um dos melhores do mundo.

**2. Principais Fatos do Negócio:** O Governo Federal, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, realizou o Leilão nº 02/2011 e selecionou melhores propostas para a celebração do contrato de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional da São Paulo/Guarulhos. A proposta vencedora foi a apresentada pela Investinorte em Participações e Infraestrutura S.A. – Invera, em parceria com a ACSA – Airport Company South Africa. Estas duas empresas constituiriam a Aeroparcela de Guarulhos Participações S.A. – Grupar, onde a Invera detém 90% e a ACSA 10% do capital social. A Grupar é o controlador constituinte em 08 de outubro de 2012, da GRU Airport. Além da Fase 1-A, o Contrato também possui as Fases 1-B e Fase 1-C, que orientam as etapas de ampliação e adequação da infraestrutura do aeroporto, e, por

último, a Fase 2 prevista para iniciar-se em 15 de maio de 2016, que obrigará o GRU Airport a cumprir integralmente os níveis de serviço previstos no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA – até o término do contrato. A Concessionária assumiu a administração e operação do aeroporto em 15 de novembro de 2012, passando, a partir desta data, a ser responsável pelas receitas e despesas do Aeroporto Internacional de Guarulhos/São Paulo. Até 31 de dezembro de 2012, havia 459 funcionários e 1.083 colaboradores cedidos pela Infraero. Destaca-se que, em razão da fase de transição prevista no Contrato de Concessão, a Concessionária continuou com suas atividades assistidas pela Infraero até 14 de fevereiro de 2013. Este curto histórico de resultados representou os números de receitas e despesas geradas conforme evidenciados em nossas Demonstrações Financeiras. A partir do dia 15 de fevereiro de 2013, a Concessionária assumiu, de forma definitiva, o comando do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. Portanto, este primeiro relatório representa um breve período de gestão, mas que nasce com a preocupação de comunicar, com total transparência, todos os principais fatos que interessam aos nossos acionistas, funcionários e a todos os demais públicos do GRU Airport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Guarulhos-SP 22 de março de 2013

## A Administração

Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)	
<b>Ativo</b>	
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4 312.575
Contas a receber	5 133.635
Estoques	6 726
Impostos a recuperar	6.891
Adiantamento a fornecedores	453.868
<b>Não circulante</b>	
Impostos diferidos ativos	6 5.897
Imobilizado	8 14.600
Intangível	9 12.273.227
<b>Total do ativo</b>	<b>12.747.594</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)	
---	--

**1. Informações gerais** – A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. com 51% e da Infraero com 49% constituída em 8 de maio de 2012. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de Infraestrutura aeroportuária. A Companhia tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, com o período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de junho de 2012 e término em 11 de junho de 2032. Pelos próximos 20 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. Em 31 de dezembro de 2012 a Concessionária apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 662.008, o que está previsto em seu plano de negócios. A Administração da Concessionária e seus acionistas controladores entendem que a partir dos investimentos que serão feitos, dentro dos quais a conclusão de um novo terminal de passageiros, um melhor gerenciamento dos contratos de cessão de espaço e receitas não tarifárias bem como a conclusão das captações de longo prazo da Concessionária aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de suas obrigações. A expectativa é de se alcançar grandes avanços de qualidade dos serviços aeroportuários em linha com os melhores padrões de excelência dos principais aeroportos do mundo. O conceito de inovação estará presente em todos os projetos de intervenção no empreendimento. **Terminal de passageiros:** O terminal de passageiros pode ser subdividido fisicamente em dois fluxos: embarque e desembarque. Guarulhos se apresenta como o hub internacional no Brasil, oferecendo a maior variedade de conexões para destinos fora do País. **Terminal de cargas:** O terminal de cargas pode ser dividido em terminal de importação, terminal de exportação e cargas nacionais. A Concessionária do Aeroporto de Guarulhos dispõe de um dos maiores terminais de logística da América do Sul.

**2. Políticas contábeis** – As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto o indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em bases diversificadas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvem a preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de viés úteis das operações, avaliação dos ativos e passivos de compensação são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.1. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explicitos e, em certos casos implícitos, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competição. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** – (a) Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderá levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. (b) Estimativas e premissas: **Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução do valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o risco. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tem se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizado para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributária e pela autoridade fiscal responsável. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações contábeis em 22 de março de 2013. **2.1. Reconhecimento de receita:** Receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. Una receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando a mesma possa ser mensurada de forma contínua: (a) Recife de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários: os serviços tarifários incidem sobre a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e captação. Receita de serviços não tarifários: os serviços não tarifários contemplam quaisquer procedimentos caracterizados como reembolso ou atividades não previstas, classificadas e remuneradas na legislação realizadas nas dependências dos complexos logísticos por solicitação de clientes. (b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desonta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. (c) Receita de construção: Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimento em concessões, é calculado o valor contábil líquido da concessão no momento da contratação. A Companhia constitui provisões para desembolsos para a realização das obras, conforme determinado pelo CPC 05 – Contratos de Concessão. **2.2. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas a taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas da transação ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.3. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com finalidade de comércio de curto prazo. A Companhia investe os recursos de curto prazo em títulos e papéis de empresas e instituições financeiras, que são classificados como investimentos financeiros. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e suas relevantes no ambiente jurídico, bem como a avaliação de argumentos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2012 não havia causas tributárias, civis e trabalhistas passíveis de registro ou divulgação nas demonstrações financeiras. **2.4. Instrumentos financeiros:** Quando o valor contábil líquido do saldo de investimentos financeiros é menor que o valor contábil líquido do ativo ou passivo, é ajustado o valor contábil líquido do ativo ou passivo, de acordo com o princípio de equivalência de valor contábil líquido. **2.5. Estornos:** Os estornos são registrados pelo custo de reposição ajustado ao valor realizável líquido e os eventuais perdas quando aplicável. **2.6. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7. Intangível:** Refer-se ao valor da exploração direta de concessões e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao CPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. **2.8. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas a taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas da transação ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com finalidade de comércio de curto prazo. A Companhia investe os recursos de curto prazo em títulos e papéis de empresas e instituições financeiras, que são classificados como investimentos financeiros. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e suas relevantes no ambiente jurídico, bem como a avaliação de argumentos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2012 não havia causas tributárias, civis e trabalhistas passíveis de registro ou divulgação nas demonstrações financeiras. **2.10. Instrumentos financeiros:** Quando o valor contábil líquido do saldo de investimentos financeiros é menor que o valor contábil líquido do ativo ou passivo, é ajustado o valor contábil líquido do ativo ou passivo, de acordo com o princípio de equivalência de valor contábil líquido. **2.11. Impostos, taxas e contribuições:** a) Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social, imposto sobre o valor adicionado, imposto sobre a propriedade de veículos, imposto sobre a propriedade de terras, imposto sobre a propriedade de imóveis, imposto sobre a propriedade de mercadorias e serviços, imposto sobre a propriedade de bens móveis, imposto sobre a propriedade de bens imóveis, imposto sobre a propriedade de bens de consumo, imposto sobre a propriedade de bens de capital, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade geral, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade pública, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade social, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade industrial, imposto sobre a propriedade de bens de utilidade cultural, imposto sobre a propriedade de

**17. Seguros** – Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia e garantia de obrigações públicas.

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade civil geral	50.000	22/08/2012	30/09/2016
Riscos Operacionais	700.000	24/05/2012	24/05/2013
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	500.000*	24/05/2012	24/05/2013
Garantia de Obrigações Públicas	884.853	17/05/2012	04/06/2013
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	1.170.000	28/09/2012	30/06/2016

\*Em milhares dólares.

**18. Instrumentos financeiros** – Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras,

valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

**2012**

#### Instrumentos financeiros

Ativos	Valor justo	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	312.575	–	312.575
Valores a receber	–	133.635	133.635
<b>Total do ativo</b>	<b>312.575</b>	<b>133.635</b>	<b>446.210</b>
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	450.603	450.603	
Obrigações com Poderes Concedentes	11.735.210	11.735.210	
Total do passivo	12.185.813	12.185.813	

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo). As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) Criterios, premissas e limitações utilizadas no

cálculo dos valores de mercado: Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

• Contas a receber: O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas establecidas pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de uma provisão para perda redução do valor recuperável é analisada a cada data reportada em bônus individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

b) **Exposição a riscos de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI. c) Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) **Risco de taxa de câmbio:** O resultado da Companhia poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em

função da receita não tarifária oriunda do Dufry do Brasil, lojas francas, que tem parte da sua receita em moeda estrangeira. A mesma firmou contrato com a Concessionária com cláusula de arrecadação variável sobre o total das vendas. e) **Operação de derivativos:** A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso desse instrumento de natureza operacional ou financeira. f) **Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte em uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Emprestimos e financiamentos

450.603

Caixa e equivalentes de caixa

(312.575)

Dívida líquida

138.028

Patrimônio líquido

341.763

Patrimônio líquido e dívida líquida

479.791

g) **Risco de liquidez:** A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

19. Eventos subsequentes – Em 15 de fevereiro, término da fase 1-A, a Companhia realizou a transferência dos empregados da Infraero que foram convidados durante o processo de transição e que por sua vez aceitaram as propostas da Concessionária. Os empregados transferidos têm garantia de emprego pelo período de cinco anos; condições de contrato de trabalho no mínimo equivalentes às praticadas pela Infraero; e manutenção da vinculação ao INFRAPREV – Instituto Infraero de Seguridade Social.

Guarulhos, 22 de março de 2013

pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Guarulhos, 22 de março de 2013

do valor adicionado (DVA), referente ao período de 8 de maio a 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP 015.199-0-6-F-RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador

CRC 1RJ 090.174/0-4-S-SP

**1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 21 de março de 2013, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, elaborados na forma da Lei nº. 6.404/76**

**Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da**

**Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.**

**Guarulhos-SP.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 8 de maio (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** – A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações

e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Ernst & Young Terco LLP, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. 2. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises de documentos e, substancialmente, por

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

finanças livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** – Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que

informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. 3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes

e no seu relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados

por auditores da Companhia à concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios

objetivos para diversificação de riscos de crédito. 4. **Opinião sobre as demonstrações financeiras** – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 8 de maio a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos a demonstração

sobre apropriação nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras** – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 8 de maio a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos a demonstração